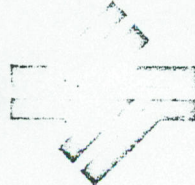


companhia de saneamento do paraná/sanepar
rua engenheiros rebouças, 1376/curitiba/paraná

N  CCC-83/74

Contrato de Concessão para explora o
dos serviços públicos de abastecimen-
to de água e remo o de esgotos sani-
t rios, que entre si fazem a Compa-
nhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR,
e a Prefeitura Municipal de MAMBO ,
conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram, de um lado, o Município de MAMBO , por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  059/74, de 04/04/74, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Eng  Mário Brandalise, por seu Diretor Financeiro, Eng  Napoleão de Araujo, assistida pelo Bel Mário Guimarães, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condi es expressas nas cláusulas seguin-
tes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23/01/63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários de MAMBO , pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contra-
to, são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCES-
SION RIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para
um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à CONCESSÃO
N RIA, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com enti-
dade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e
executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o
dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos
sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou
fiscalizador de execu o dos convênios celebrados, para os fins do
item a, entre o Município e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar
manter, conservar e explorar os serviços de água pot vel e de esgo-
tos sanit rios; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos ser-
viños que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSION RIA, compet n-
cia para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investi-
mento, o melhoramento e a expans o dos serviços e assegurem o equil -
brio económico e financeiro do sistema explorado, nos termos do con-
v nio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNA, de acordo
com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Fe-
deral. QUARTA: É vedado   CONCESSIONÁRIA proceder isen o de tari-
fas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros são po-
der o ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que, em seu tracado, seja



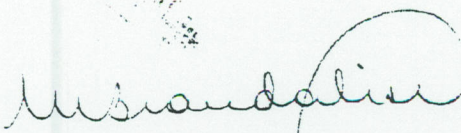
prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribução de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá   CONCEDENTE recorrer à pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada   recompor os passeios, ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente à seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sistema de abastecimento de água, a CONCEDENTE participar  com uma contribuição de 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CONCEDENTE de que trata esta cláusula será realizada com o acervo patrimonial do Município, integrante do sistema de abastecimento de água, conforme levantamento a ser procedido pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pela CONCEDENTE, dentro do prazo de noventa dias, quando então será fixado o valor patrimonial que constará de Termo Aditivo ao presente contrato. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDENTE participar  ainda com igual percentagem, nas futuras construções, melhoramentos, extensões ou ampliações dos sistemas da cidade, de acordo com cronograma físico-financeiro das obras. PARÁGRAFO TERCEIRO: A participação futura de que trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em ações preferenciais no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize econ micamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUARTO: No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do

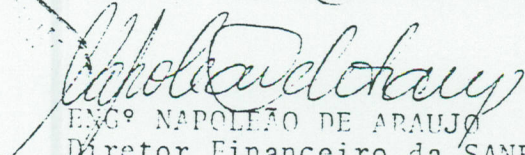


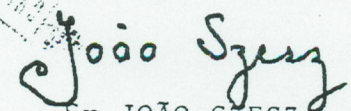
Decreto Lei n  2627, de 26 de setembro de 1940 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA: Se no decorrer da Concess  o houver interesse das partes na execução das obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasi  o da assinatura do presente contrato, o Poder Executivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposi   es do artigo 3  da Lei de Concess  o. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e r ais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos servi  os de água e remoção de esgotos sanitários motivada por fôrça maior, como greves, inunda   es, acidentes, incêndio, como   es públicas, guerras etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visando o aprimoramento e a programac  o das obras de instalação e de ampliação dos servi  os públicos concedidos dentro de sua política de ação. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de ação em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto às tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesanais, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica de já estabelecido que as disposi   es desta cláusula somente serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condi   es técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar 30 (trinta) dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concess  o prevista na cláusula primeira, ou rescis  o do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indeniza   es de bens e di

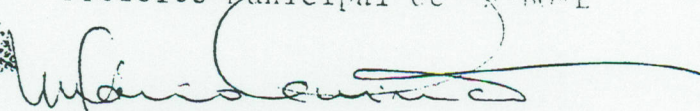
reitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este contrato terá sua vigência a partir da assinatura, condicionado o início de operações a trinta dias após a conclusão das obras. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA em hipótese alguma, será considerada sucessora da CONCEDENTE. VIGÉSIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as quest  es judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 30 de maio de 1974.

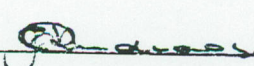

ENG. MARIO BRANDALISE
Diretor Presidente da SANEPAR

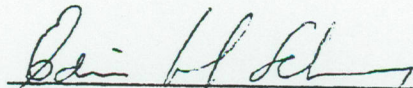

ENG. NAPOLEÃO DE ARAUJO
Diretor Financeiro da SANEPAR


Sr. JOÃO SZYSZ
Prefeito Municipal de MARRO 


ENG. MÁRIO GUIMARÃES
Assessor Jurídico da SANEPAR

Testemunhas:





Reconheço as firmas MARIO BRANDALISE
JOÃO SZYSZ, MARIO GUIMARÃES

Curitiba, 30 de Maio de 1974
Em test o

